



MEMÓRIA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE PREVENÇÃO E CONTROLE SOCIAL

REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA – 2021

Aos seis dias do mês de abril de 2021, das 10h30min às 11h30min, realizou-se por via videoconferência a 2ª Reunião da Comissão Permanente de Prevenção e Controle Social do ano de 2021 para tratar: a) da aprovação da ata da 1ª reunião; b) confirmações pendentes da reunião anterior (atuação da Comissão Permanente de Capacitação em temáticas conjuntas e adesão do Estado do Paraná ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção); c) atualização quanto ao andamento das iniciativas que serão acompanhadas (E-Prevenção e Força Tarefa Cidadã); e d) contribuições ao *checklist* dos portais de transparência dos Consórcios Públicos. Estavam presentes: Leonardo Dumke Busatto (Promotor de Justiça/MPPR); Danieli Kotelak de Melo (Assessora Jurídica DAS-4/MPPR); Luciano Cássio de Souza (TCU); Joubert Brunatto Silva (TCE/PR); Yohhan Garcia de Souza (Coordenadoria de Ouvidoria – OUV/CGE-PR); Matheus Klaus Portes Gruber (Coordenadoria de Transparência e Controle Social – CTCS/CGE/PR); Isabel Kluever Koneski (Procuradora do Estado – CGTI/PGE/PR); Clarice Kusma Baisan Fernandes (Agente de Ouvidoria e Transparência – Núcleo de Integridade e Compliance Setorial – NICS/SEFA); Thais de Oliveira Queiroz (SEFA); Antônio Jordão da Silva Júnior (Analista Tributário SRRF09/RFB); Clayton Machado (Técnico Federal de Finanças e Controle/CGU/PR); Alzira Ester Angeli (Auditora Federal de Finanças e Controle/CGU/PR); Ney da Nóbrega Ribas (OSB/PR); Roni Enara Rodrigues (OSB/PR); Sofia Duarte de Lima Moser (MPC) e Elaine Aparecida Lima Pereira Turra (SESP). Antes do início da reunião, Antônio Jordão da Silva Júnior informou que está representando a Receita Federal do Brasil na qualidade de suplente do titular Fernando Horst, que se encontra em outra reunião. A sessão foi iniciada pelo Coordenador Leonardo Dumke Busatto, e secretariada por Danieli Kotelak de Melo.

Leonardo abriu a reunião e passou ao primeiro tema da pauta. Informou que foram solicitadas duas alterações na ata, mas que em nada afetam o seu conteúdo: na página seis, na fala do colega Luciano do TCU, onde se lê “municipais”, leia-se “estaduais”; na página sete, no item cinco das deliberações, onde se lê “à participação do Estado do Paraná no cadastramento do E-Prevenção”, leia-se “à adesão do Estado do Paraná ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção”. Questionados os presentes sobre eventuais acréscimos ou modificações, nada se acrescentou e a ata foi declarada aprovada. Seguiu para o item dois da pauta. Sobre a atuação da Comissão Permanente de Capacitação em temáticas conjuntas dessa



Comissão, esclareceu que aquela comissão realizará eventos em geral, cujo público-alvo não se limitará aos representantes da Rede, a exemplo do Bate Papo com a Rede que ocorrerá na próxima quinta-feira e abordará a questão da aquisição de vacinas e insumos contra a pandemia da Covid-19. Mencionou que o Coordenador da Comissão de Capacitação entendeu interessante a elaboração de ações integradas e que ele não vê óbice no trabalho desta comissão no tocante à capacitação do controle social. Ressaltou que esta parceria é interessante porque facilita a comunicação com as escolas dos órgãos que integram a Rede. Colocou para debate a aprovação das ações integradas de capacitação de controle social com a Comissão Permanente de Capacitação, ao que todos concordaram. Ainda no item dois da pauta, questionou se algum representante da CGE estava presente na reunião para que fosse tratado sobre a pendência da adesão do Estado do Paraná ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção. Indagou ao Luciano se o TCU havia recebido uma resposta sobre esse assunto.

Luciano informou que não recebeu nenhum retorno. Sugeriu que fosse tratado com o Coordenador Executivo da Rede de Controle sobre a expedição de um ofício visando a consultar o Estado do Paraná acerca da adesão ao programa.

Leonardo mencionou que este assunto já foi tratado pela Coordenação Executiva da Rede e que, a pedido do Coordenador, entrou em contato com o Controlador-Geral do Estado do Paraná, o qual disse que colocaria a Assessora da CGE Patrícia em contato com o TCU e que avaliaria a participação do Estado no programa. Afirmou que o Controlador-Geral se manifestou de forma positiva sobre a participação, mas como não foi encaminhada nenhuma formalização, concorda com a expedição do ofício.

Clayton sugeriu que Luciano alinhasse com todos o que se espera desta participação do Estado do Paraná no Programa Nacional de Prevenção à Corrupção.

Luciano esclareceu que o programa já conta com a participação dos Municípios, Câmaras Municipais e órgãos federais, faltando apenas a confirmação da participação do Estado do Paraná e a inclusão dos gestores estaduais no E-Prevenção. Mencionou que a CGE lançou a plataforma Rede Controla Paraná e que talvez haja um conflito as ferramentas, o que pode estar obstando a participação do Estado no Programa Nacional. Afirmou que busca o aval da CGE antes de alimentar o E-Prevenção com os dados já existentes em cadastros oficiais.

Clayton sugeriu dialogar com o Controlador-Geral do Estado do Paraná.

Luciano enfatizou que esse diálogo já ocorreu.



Leonardo acrescentou que, a pedido do Coordenador Executivo da Rede de Controle, já conversou com o Controlador-Geral do Estado sobre o assunto. Aduziu que aguardaria a entrada de algum representante da CGE na reunião para tratar do assunto, caso contrário, a deliberação seria no sentido de conversar com o Coordenador da Rede de Controle sobre a expedição do Ofício à CGE.

Luciano ponderou que poderia convidar o Coordenador Nacional do Programa para conversar com o Controlador-Geral do Estado.

Leonardo seguiu para o item três da pauta e pediu aos integrantes do TCU e do OSB que atualizassem os colegas sobre os programas que serão acompanhados pela comissão.

Luciano informou que o Programa Nacional de Prevenção à Corrupção será lançado no dia 20 de maio próximo. Esclareceu que a plataforma prevê a realização de eventos pontuais. Asseverou que a fase de cadastramento está praticamente concluída.

Clayton perguntou se Luciano tinha conhecimento do motivo da data de lançamento postergada, pois a CGU está participando do programa e precisa organizar a agenda do órgão.

Luciano disponibilizou o *link* da plataforma aos integrantes e sugeriu que todos navegassem no programa e que fosse marcada uma outra reunião para tirar dúvidas.

Alguns integrantes afirmaram que não conseguiram acesso direto à plataforma pelo link disponibilizado.

Leonardo solicitou ao OSB que atualizasse os integrantes sobre a Força Tarefa Cidadã.

Roni declarou que os Estados do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Bahia foram selecionados para a primeira rodada de treinamento e que 110 observadores se inscreveram, o que superou as expectativas. Afirmou que está sendo preparada a capacitação destas pessoas para o monitoramento da transparência.

Leonardo tratou do item quatro da pauta. Esclareceu como foi elaborado o *checklist* que averiguará a adequação dos Consórcios à lei de acesso à informação, visando à continuidade do Projeto Institucional Transparência nos Municípios, que está em andamento no MPPR desde 2012. Mencionou o plano estadual que avaliará as aquisições de medicamentos e afirmou que os Consórcios da área da saúde realizam compras de grande vulto. Citou o Consórcio Intergestores Paraná Saúde. Explicou a composição dos requisitos



do *checklist*. Solicitou o envio de sugestões via e-mail da Secretaria Executiva da Rede para a melhoria do documento até o dia 16 de abril.

Luciano compartilhou a tela para apresentar rapidamente a plataforma do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção e mencionou que a data do lançamento do programa foi estabelecida assim em razão da pandemia da Covid-19.

Leonardo comentou que esse assunto poderá ser pauta da próxima reunião. Perguntou ao Matheus sobre a pendência da adesão do Estado do Paraná ao Programa Nacional, se há uma definição.

Matheus informou que ainda não foi possível tratar do assunto com o Controlador-Geral, mas que essa é a agenda da próxima reunião de quinta-feira que ocorrerá na CGE. Afirmou que repassará a resposta ao grupo na tarde do dia 08 de abril.

Leonardo pediu que a resposta seja repassada à Comissão, se possível, antes de sexta-feira, quando ocorrerá a próxima reunião da Plenária, pois este assunto já foi abordado pelo Coordenador Executivo da Rede e é relevante que se apresente uma resposta neste próximo encontro do Colegiado.

Matheus concordou.

Leonardo questionou se havia mais algum tema a ser tratado.

Ney retomou a questão já mencionada na primeira reunião da ausência de disponibilização de documentos nos Portais da Transparência. Citou o trabalho paralelo do E-Prevenção e da Força Tarefa Cidadã (Transparência Cidadã). Disse que a disponibilização de contratos e demais documentos é essencial para se avançar em controle social. Afirmou que é preciso buscar mecanismos para mapear as irregularidades e depois partir para ações coercitivas. Fez referência à experiência vivida em Santa Catarina e o diálogo com o TCU e CGU para viabilizar a aplicação de metodologia de verificação mais aguçada dentro da plataforma EBT adaptada, partindo dos Municípios com mais de 50 mil habitantes. Esclareceu que este trabalho será feito pela Força Tarefa Cidadã. Apresentou o calendário da força tarefa: abril a junho 2021 – treinamento de avaliadores; até setembro 2021 – avaliação dos Municípios com 50 mil habitantes ou mais; de setembro a outubro 2021 – oportunizar aos gestores para que se manifestem; e até março de 2022 – apresentação dos primeiros resultados e planejamento de ações de responsabilização.

Leonardo pontuou que deve ser alinhada uma metodologia antes de se buscar as ações de responsabilização, pois o Ministério Público já possui experiência advinda do Projeto Transparência nos Municípios. Citou a atuação preventiva e repressiva do projeto e a resistência da jurisprudência firmada no TJPR sobre improbidade administrativa nesta matéria.



Matheus anunciou que o Estado do Paraná está desenvolvendo um novo Portal da Transparência e que assim que estiver disponível um esboço dele trará para a aprovação e a apresentação de sugestões.

Ney reforçou que o Estado precisa de transparência efetiva com acesso a documentos.

Clayton pontuou que é relevante que a fiscalização dos contratos pela sociedade se dê pela apresentação de fotos das etapas das obras, por exemplo.

Matheus complementou que não apenas por fotos, mas por meio de vídeos e monitoramento *online*.

Leonardo tratou dos encaminhamentos para a Plenária: atualização do que foi tratado nas duas reuniões e resposta da CGE sobre a participação do Estado no Programa Nacional de Prevenção à Corrupção. Questionou se há mais alguma questão a ser abordada.

Ney solicitou que se reforce a solicitação para que a CGE apresente o Plano de Integridade do Estado do Paraná, para que ele se torne público e seja informado como a sociedade pode participar.

Leonardo afirmou que repassará essa sugestão ao Coordenador da Rede e agendou a próxima reunião para o dia 04 de maio, no mesmo horário, conforme aprovado na primeira reunião.

Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião.

DELIBERAÇÕES			
nº	Ação	Responsável	Previsão
1	Envio ao Coordenador da Rede da seguinte sugestão de pauta para a Plenária: solicitação para que a CGE apresente o Plano de Integridade do Estado do Paraná.	Leonardo Dumke Busatto	09/04/2021
2	Envio de sugestões ao <i>Checklist</i> dos Consórcios para o e-mail da Secretaria Executiva.	Todos	16/04/2021
3	Para a próxima pauta: esclarecimento de dúvidas sobre a utilização da plataforma do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção.	Todos	04/05/2021
4	Próxima reunião	Todos	04/05/2021, às 10h30min.